



PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS), INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS: MOLDAGEM, PROVA, INSTALAÇÃO, E EVENTUAIS AJUSTES, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL-BRASIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS), INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS: MOLDAGEM, PROVA, INSTALAÇÃO, E EVENTUAIS AJUSTES, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL-BRASIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: <http://www.licitanet.com.br/>.

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 20/02/2026 às 14:29h do dia 04/03/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14:30h do dia 04/03/2026.

INÍCIO SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:30 h do dia 04/03/2026.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

LICITANET - <http://www.licitanet.com.br/>

- Diário Oficial do Município

- Endereço eletrônico: licitacao-oficial@brejoes.ba.gov.br

OBSERVAÇÃO : O texto do Edital estará disponível nos seguintes endereços eletrônicos: [https://](https://www.brejoes.ba.gov.br/site/diariooficial)

www.brejoes.ba.gov.br/site/diariooficial

e

<http://www.licitanet.com.br/>.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026** **REGISTRO DE PREÇOS**

O PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BREJÕES, ESTADO DA BAHIA, DESIGNADO pela **Portaria nº 032, de 05 de janeiro de 2026,** torna público que fará realizar a presente licitação, **DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE** obedecendo às exigências e condições abaixo:

A Licitação será regida pela Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e posteriores alterações e demais legislações pertinentes em vigor, além das disposições constantes deste Edital, de suas especificações e respectivos anexos.

A documentação completa do presente Edital poderá ser adquirida através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.brejoes.ba.gov.br/site/diariooficial>.

O Pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio receberão as propostas e os documentos em sessão pública a ser realizada de forma eletrônica nos termos a seguir descrito.

1. OBJETO:

1.1O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS), INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS: MOLDAGEM, PROVA, INSTALAÇÃO, E EVENTUAIS AJUSTES, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL-BRASIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

1.2O valor global estimado pela Administração, para este Registro de Preços tem como referência os preços praticados no mercado regional, mediante pesquisa prévia realizada através do Setor de Compras desta Prefeitura, o qual consta no Processo Administrativo, anterior a este instrumento.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto à Plataforma a qual o Pregão será realizado, conforme consta na folha de rosto deste edital sediadas no País.

3.2. O credenciamento se dará por intermédio da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

3.3. O credenciamento será pessoal e intransferível para acesso ao sistema. O usuário credenciado será responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

3.4. O credenciamento implica em responsabilidade legal do usuário e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao realizador da plataforma, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do prestador dos serviços de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.8.O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.9.Caberá ao prestador dos serviços acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.11. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.11.1 Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido em seus arts. 42 a 49 com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014.

3.11.2 A assinalação do campo "não", apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1.Poderão participar do presente Pregão as pessoas jurídicas prestadoras de serviços do ramo pertinente ao objeto deste edital e que atenderem a todas as



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

4.2. Não poderão participar deste certame as empresas que:

4.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

4.3.A participação na presente licitação pressupõe a aptidão da empresa para a execução do objeto na forma e quantidades previstas no Anexo I deste Edital e implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

5.1.A proposta de preço deverá ser enviada até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção "acesso identificado", por meio da digitação da senha de identificação do licitante.

5.2.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário Oficial de Brasília/DF.

5.3.O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4.Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5.Até a abertura da proposta de preços, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas até o horário limite para recebimento.

5.6.O licitante deverá, nesta etapa, clicar na opção "oferecer proposta" e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela, com os dados pertinentes à sua proposta de preços, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

5.7.No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo "informações adicionais", os serviços



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

ofertados e anexar sua proposta de preços inicial acompanhada das planilhas de composição de custos unitários por item, vedada a identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

5.8. Deverá ser juntado no momento de encaminhamento da proposta, nos termos do artigo 58, da Lei nº 14.133/21, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de Pré – habilitação.

5.9. O Pregoeiro Municipal verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência:

5.10. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.11. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.12. As empresas que deixarem de atender os itens anteriores, implicará na desclassificação licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

5.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.15. A apresentação da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.16. A partir do horário previsto no preâmbulo para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

5.17. A licitante deverá apresentar declaração expressa indicando seu regime tributário bem como seu enquadramento.

5.18. Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido. A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na desclassificação desta.

5.19. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

5.20. Sempre que houver interrupção da sessão do pregão, os licitantes deverão ser notificados do dia e hora em que a sessão terá continuidade

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1. A Proposta de Preços, deverá ser formulada conforme modelo constante nos Anexos deste Edital e os documentos que a instruírem quando for o caso deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em papel timbrado ou impresso da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, contendo preço unitário, parcial e total, em algarismo, em moeda corrente do país, devendo a última folha ser assinada e carimbada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante;

6.2. O valor global da Proposta deverá ser apresentado em algarismos e por extenso;

6.3. A Proposta de Preços deverá ainda conter:

a) A Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou seu representante legal, CPF e cargo na empresa;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

b) O Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

6.4. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicionais;

6.5. No caso de serem assinadas por mandatário será necessária à juntada da procuração outorgada, com firma reconhecida e com especificação desta finalidade, ou outorgada o poder na procuração;

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.7. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES/JULGAMENTO:

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que os demais licitantes serão imediatamente informados do recebimento da proposta e do seu respectivo valor.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

7.3. Para julgamento, será adotado o critério de menor preço por lote, observados os prazos para entrega, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7.4. As empresas proponentes deverão lançar no sistema, o seu menor preço por lote, sob pena de desclassificação de sua proposta, o lançamento diferente do quanto solicitado neste edital.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.6. No momento seguinte, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

7.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada.

7.6.2. O sistema automaticamente avaliará se existem Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP participando do item do pregão.

7.6.3. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que o da melhor empresa previamente classificada.

7.6.4. Constatada a ocorrência da hipótese descrita no subitem 7.6.3, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada na fase de lances poderá ofertar proposta de preço inferior.

7.6.5. O lance de desempate deve obrigatoriamente ser menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada.

7.6.6. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance de desempate. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da Lei Complementar n. 123/06.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

7.6.7. A Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que oferecer um lance menor do que a primeira empresa previamente classificada será a nova empresa classificada, sendo encerrada a fase do desempate para o item, mesmo que ainda existam Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP na mesma condição.

7.6.8. Decairá do direito de ofertar o lance a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que não realizar este procedimento dentro dos 5 (cinco) minutos.

7.7.O disposto no item 7.6 e seus respectivos subitens não serão aplicados quando a melhor oferta classificada tiver sido apresentada por uma Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP.

7.8.A empresa arrematante deverá comprovar sua situação de regularidade, mediante a remessa dos documentos de habilitação e proposta de preços realinhada através do sistema eletrônico, em campo específico, no prazo de 03 (três) horas do encerramento da disputa, obrigando-se a encaminhar os originais correspondentes ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do encerramento do pregão, como condição indispensável para a contratação.

7.9.A sessão do pregão eletrônico deverá ser interrompida, a fim de se aguardar o cumprimento dos prazos assinalados, deste edital.

7.10. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 deste diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e deferindo-se a comprovação da regularidade na forma deste edital.

7.11. Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.12. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, observadas as seguintes normas:

7.13.1. Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

7.13.2. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

7.13.3. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.13.4. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

7.13.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.13. Estando classificadas e habilitadas microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, deverá ser feita prova da efetiva regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarado o vencedor, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

7.14. Não restando comprovada a satisfação da regularidade fiscal, a licitante será declarada inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

7.15. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

7.16. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

7.17. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

7.18. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.20. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.21. Para fins de aceitação pelo Pregoeiro, a proposta final não poderá ultrapassar o valor estimado pela Prefeitura de Brejões/BA.

7.22. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o (a) Pregoeiro (a) examinará as propostas quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto;

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável;

8.3. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

8.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas;

8.6. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro Municipal;

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.13. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do mesmo de realizar o objeto da licitação, nos termos dos art. 62 à 70 da Lei nº 14.133/21, conforme apresentação dos seguintes documentos:

9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, SOCIAL, FISCAL e TRABALHISTA:

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

a.1). Empresário individual: deverá apresentar inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2). Microempreendedor Individual – MEI: deverá apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

a.3). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: deverá apresentar inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.4). Sociedade simples: deverá apresentar inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.4). Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade.

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- g) Documentos pessoais (RG e CPF) dos sócios.
- h) As microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação deverão apresentar no dia e hora indicados no preâmbulo, toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- i) As certidões serão consideradas válidas até 30 (trinta) dias da data de sua emissão, salvo se consignarem em seu próprio texto prazo de validade diferente.

9.3. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante e o seu profissional Responsável Técnico prestaram ou vem prestando serviços que comprovem o desempenho de atividades relacionadas a confecção de próteses dentárias compatíveis com o objeto da contratação;

9.3.1.1. Em caso de atestados emitidos por órgãos públicos, os mesmos não serão aceitos caso sejam apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias e execução de prestação de serviços.

9.3.1.2. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.3.2. Comprovação de que possui em seu quadro permanente profissional de nível superior (Cirurgião Dentista regularmente inscrito no Conselho Regional de Odontologia – CRO), com especialidade em próteses dentárias, na função de Responsável Técnico, que comprove estar exercendo o seu ofício na licitante.

9.3.2.1. A comprovação do vínculo empregatício do Profissional Responsável Técnico deverá ser feita através da apresentação da Ficha de Registro de Empregados autenticada junto à D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou Contrato de Prestação de Serviços, com firma reconhecida das assinaturas, e no caso de sócio mediante apresentação do contrato social da empresa, no qual esteja comprovada tal condição, não podendo ser contratado após a publicação deste Edital.

9.3.3. Indicação formal do responsável técnico pelo serviço objeto da licitação.;

9.3.4. Declaração e comprovação de que o proponente dispõe de infraestrutura laboratorial compatível com a execução do objeto da licitação;

9.3.5. Apresentação de Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária, vigente.

9.3.6. Apresentação dos seguintes Documentos Complementares:

- a) Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- c) Declaração de cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos.

9.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial e Insolvência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da entrega das propostas. Em caso de Empresas em Recuperação Judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento de contratação/licitatório;

b) Comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento), do valor estimado da contratação ou do lote pertinente, devendo ser através de contrato social ou Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG);

a.1) A empresa deve comprovar através dos balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG dos 02 (dois) últimos exercícios sociais é igual ou superior a 1,00 conforme segue:

a.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$.

a.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILC = AC / PC$.

a.4) O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ISG = AT / (PC + ELP)$.

a.5) Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

d) A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem supracitado, são os usualmente utilizados em licitações. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.
- h) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- i) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);
- j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, quando não constar expressamente no Balanço Patrimonial.

9.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração de endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato conforme modelo no Anexo VII- DECLARAÇÃO PARA CONTATO;
- b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- c.) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- d.) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

9.5.1 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar proposta de preços realinhada, exclusivamente por meio do sistema, no prazo máximo de 03 (três) horas após o encerramento do pregão, e os documentos originais (proposta e documentos de habilitação) no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o encerramento do pregão, como condição indispensável para a contratação;

10.2. A proposta final também deverá atender às exigências previstas no item 6 do Edital, sob pena de desclassificação.

11. DOS RECURSOS:

11.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

11.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

11.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

12.1. Não sendo interposto recurso, O Pregoeiro, fará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante declarado vencedor.

12.2. Havendo recurso, após sua decisão e comunicação aos interessados, a Autoridade Competente procederá à adjudicação do objeto e à consequente Homologação em favor do licitante que for declarado vencedor.

12.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato do recebimento da nota de empenho, estará sujeito às penalidades previstas neste edital e demais dispositivos da Lei 14.133/21. Neste caso, O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente convocado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

12.4. Após a homologação do resultado da licitação, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar para o objeto terá(ao) o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pelo Município de Brejões/BA, para assinar a ata de Registro de Preços.

12.5. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem crescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

12.6. É facultado ao Município de Brejões/BA, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, conforme subitem anterior, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções prevista neste Edital e na legislação pertinentes.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

12.6.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estipuladas neste edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades previstas neste edital.

12.7. Após a publicação da Ata de Registro de Preços do Município de Brejões/BA no Diário Oficial do Município, poderão ser firmados os contratos dentro do prazo de validade do Registro.

12.8. A Contratação formalizar-se-á mediante assinatura do Instrumento Contratual (Anexo VII), observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços (Anexos III) e da proposta vencedora.

12.9. O fornecedor, cujo preço estiver registrado na Ata, terá 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da convocação pela Unidade Contratante, para assinar a Ordem de Serviços e devolvê-la ao Município de Brejões/BA.

12.9.1. A convocação será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Serviços a Empresa vencedora do certame.

12.9.2. Se o fornecedor com o preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Serviços, poderão ser convocados os demais fornecedores registrados, se for o caso, ou ainda os demais fornecedores classificados, respeitados as condições de fornecimentos, os preços e os prazos do primeiro classificado.

12.10. Poderá a proposta da licitante ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Município de Brejões/BA conhecimento de fato ou circunstâncias superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em conformidade com o disposto no subitem 12.3 deste Edital.

12.11. Fica vedada a transferência ou cessão do Termo de Compromisso de Fornecimento, bem como do Contrato de Prestação de Serviços, sem prévia e expressa autorização do Município.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Brejões/BA a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

13.2. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando o Município de Brejões/BA optar pela contratação dos serviços, objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

13.3. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município de Brejões/BA, e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.4. O Município de Brejões/BA monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos licitados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

13.4.1. O Município de Brejões convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

13.4.1.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

13.4.2. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preço de fabricante entre outros), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

13.4.3. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

13.4.3.1. Será considerado o preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Brejões/BA para objeto da contratação.

13.5. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Brejões poderá convocar os demais fornecedores, por ordem de classificação, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

13.6. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial do Município.

14. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão poderá ser cancelada de pleno direito no todo ou em parte, nas situações previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VII).

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. O licitante que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, dentro de 03 (três) dias úteis a contar da convocação pelo Município de Brejões/BA ou a assinar Ordem de Serviço no prazo previsto, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo e



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

fazer declaração falsa, conforme o caso, o Município de Brejões/BA poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- 16.1.1. advertência;
- 16.1.2. multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento.
- 16.1.3. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- 16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. Ficará também impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante ou fornecedor que:

- 16.2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- 16.2.2. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 16.2.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.2.4. fizer declaração falsa;
- 16.2.5. cometer fraude fiscal;
- 16.2.6. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

17. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

17.1. As empresas cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar serão fornecedoras do (s) objeto (s) desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata que sucede ao procedimento licitatório e sujeitar-se-ão ao disposto neste Edital e seus Anexos.

17.2. Se a quantidade e/ou a qualidade dos serviços e/ou equipamentos entregues não corresponder ao exigido neste Edital, Anexo I ou na Ata de Registro de Preços, o fornecedor será chamado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços (Anexo VII), e ainda o cancelamento do Registro.

17.3. O detentor do segundo preço registrado só poderá fornecer ao Município de Brejões/BA, quando esgotada a capacidade de fornecimento do primeiro e assim sucessivamente.

18. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

18.1. O contratado se responsabilizará, pelos danos que resultarem de sua imperícia, negligência e imprudência, inclusive pela culpa de seus empregados/prepostos/subcontratados, segundo os princípios gerais da responsabilidade.

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1. O Município de Brejões/BA, através do setor competente para o recebimento do objeto licitado, após o exato cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, efetuará o pagamento das mesmas, de acordo com as condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VII) deste Edital.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

20.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Brejões/BA para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

21. DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS:

21.1. O reequilíbrio será precedido de demonstração analítica da variação dos componentes de custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos Unitários, devidamente justificado e em conformidade com as normas gerais vigentes.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

21.2. Admite-se o reequilíbrio do valor contratado, desde que seja demonstrado a perda do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através da Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente e o salário mínimo, que estipula o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada à inclusão de antecipação e benefícios não previstos originalmente, por ocasião da repactuação.

22. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

22.1. Compete ao órgão gerenciador:

- 22.1.1. Efetuar o registro do licitante vencedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
- 22.1.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações.
- 22.1.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

22.2. Compete ao órgão contratante:

- 22.2.1. Efetuar o pagamento ao licitante fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, sendo que serão considerados para efeito de pagamento os fornecimentos efetivamente entregues pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.
- 22.2.2. Promover, por intermédio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado.
- 22.2.3. Fiscalizar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 23.1. Assinar a Ordem de Fornecimento de próteses dentárias totais e parciais.
- 23.2. Entregar o material nos locais e moldes definidos neste edital, de acordo com a solicitação e nos prazos previstos neste edital.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

23.3. Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste instrumento convocatório, são obrigações da Contratada:

- 23.3.1. Cumprir as etapas clínicas exigidas para a confecção das próteses, incluindo avaliação inicial, moldagem, prova funcional e entrega final com os devidos ajustes;
- 23.3.2. Utilizar materiais de qualidade, esterilizáveis e devidamente registrados na ANVISA, conforme as diretrizes da Vigilância Sanitária;
- 23.3.3. Atender exclusivamente os usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 23.3.4. Realizar os atendimentos apenas mediante encaminhamento formal emitido pela equipe de Saúde Bucal da Atenção Primária, respeitando os critérios clínicos definidos pelo Município de Brejões/BA;
- 23.3.5. Iniciar os serviços no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da ordem de atendimento;
- 23.3.6. Entregar as próteses no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a moldagem, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- 23.3.7. Realizar, sem ônus adicional, ajustes e correções nas próteses entregues, caso constatada inadequação funcional ou desconforto ao usuário, desde que solicitados em até **30 (trinta) dias** após a entrega;
- 23.3.8. Garantir a supervisão dos serviços por cirurgião-dentista legalmente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Odontologia (CRO), com comprovada experiência ou formação específica em Prótese Dentária;
- 23.3.9. Apresentar e manter válidos durante todo o período do credenciamento:
 - licença sanitária do estabelecimento;
 - certidões fiscais e trabalhistas;
 - registro junto ao Conselho de Classe competente;
- 23.3.10. Zelar pela confidencialidade e segurança das informações dos pacientes;
- 23.3.11. Manter o sigilo sobre os dados clínicos e pessoais dos usuários atendidos, nos termos da legislação de proteção de dados e das normas éticas da área da saúde;
- 23.3.12. Submeter-se à fiscalização da Administração Pública;
- 23.3.13. Permitir o acompanhamento, a auditoria e a fiscalização dos serviços pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde ou por órgãos de controle externo;
- 23.3.14. Cumprir integralmente as condições do edital de credenciamento e do contrato firmado;
- 23.3.15. Atuar de forma colaborativa, em conformidade com as políticas públicas de saúde bucal, especialmente com as diretrizes do Programa Brasil Sorridente e do Sistema Único de Saúde (SUS);



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- 23.3.16. Atender prontamente a quaisquer notificações da Administração para correção de falhas ou irregularidades na execução dos serviços, sem que disso decorra qualquer vínculo com a Administração Pública;
- 23.3.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que estiver obrigada, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;
- 23.3.18. Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.
- 23.3.19. Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do presente ajuste.
- 23.3.20. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida no Instrumento convocatório, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

24. DOS ILÍCITOS PENAIS:

24.1. As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

25. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO:

25.1. O Município de Brejões/BA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

26. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

26.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao-oficial@brejoes.ba.gov.br.

26.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

26.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao-oficial@brejoes.ba.gov.br.

26.5. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

26.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

27.1. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

27.2. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

27.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

27.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

27.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Município de Brejões/BA.

27.6. É facultado ao Pregoeiro e respectiva equipe de apoio ou à autoridade superior do Município de Brejões/BA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.7. Após o envio da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

27.8. Após adjudicação do objeto licitado, O Pregoeiro, divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do vencedor, a classificação e demais informações relativas à sessão pública deste Pregão.

27.9. Caso haja alguma retificação do Edital, a mesma será disponibilizada através de plataforma eletrônica de licitações e do Diário Oficial do Município.

27.10. Os esclarecimentos/dúvidas porventura necessários ao perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados através de e-mail para o endereço eletrônico: licitacao-oficial@brejoes.ba.gov.br.

27.11. Os questionamentos serão respondidos, encaminhados, via e-mail aos respectivos questionadores e disponibilizados através da plataforma eletrônica de licitações e no Diário Oficial do Município.

27.12. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

27.14. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Brejões/BA.

27.15. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei já citadas neste edital.

27.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Amargosa/BA.

27.17. Constituem parte integrante deste Edital:

27.17.1. Anexo I – Termo de Referência;

27.17.2. Anexo II – Minuta da Ordem de Serviço;

27.17.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

27.17.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de enquadramento;

27.17.5. Anexo V - Declaração de que a empresa não emprega menor de idade, em observância ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

27.17.6. Anexo VI – Declaração de Contato;

27.17.7. Anexo VII– Minuta do Contrato;

27.17.8. Anexo VIII – Modelo de Proposta de preços;

28. DO FORO CONTRATUAL:

28.1. A interpretação e aplicação dos termos da Adjudicação decorrente deste Pregão será regida pelas Leis brasileiras.

28.2. O juízo da Cidade de Amargosa/BA terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante da Adjudicação, inclusive exceção de qualquer arbitramento feito, constituindo assim, o Foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brejões/BA, 20 de fevereiro de 2026.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Gabriel Santana Pereira da Silva

Pregoeiro

Portaria Nº 032/2026





Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.3 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias (totais e parciais), incluindo todas as etapas necessárias: avaliação clínica, moldagem, prova, instalação e eventuais ajustes, com base na Política Nacional de Saúde Bucal — Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com vistas a atender às demandas da população assistida pela Secretaria Municipal de Saúde de Brejões/BA.

1.4 A contratação de empresa especializada para fornecimento do referido objeto é classificada como aquisição de **bem comum**, conforme o disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021. Considerando **bens comuns** aqueles cujas especificações são usuais no mercado e permitem comparação objetiva entre propostas.

1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as disposições do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), contados da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

1.7 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Definições técnicas dos serviços:

1.6.1. Confecção e fornecimento de Prótese Total Mandibular: Prótese removível que substitui todos os dentes ausentes da arcada inferior (mandíbula). Requer criteriosa moldagem e adaptação funcional, proporcionando estabilidade, conforto e funcionalidade ao paciente edêntulo total inferior.

1.6.2. Confecção e fornecimento de Prótese Total Maxilar: Dispositivo protético removível destinado à reposição de todos os dentes ausentes na arcada superior (maxilar). Indicada para pacientes totalmente desdentados, visa restaurar a função mastigatória, fonética e estética. Deve ser confeccionada com materiais odontológicos aprovados pela ANVISA, com base anatômica personalizada.

1.6.3. Confecção e fornecimento de Prótese Parcial Removível Mandibular: Dispositivo removível que repõe parcialmente os dentes ausentes da arcada inferior, ancorando-se nos dentes naturais remanescentes. Deve garantir estabilidade funcional, estética e conforto ao paciente, respeitando o desenho anatômico mandibular.

1.6.4. Confecção e fornecimento de Prótese Parcial Removível Maxilar: Prótese que substitui um ou mais dentes ausentes na arcada superior, preservando os dentes naturais remanescentes. Possui estrutura metálica ou acrílica, com grampos de retenção e base adaptada à anatomia bucal, garantindo funcionalidade mastigatória e equilíbrio oclusal.

1.6.5. A prestação dos serviços compreenderá ainda: avaliação clínica inicial, moldagem, prova e instalação das próteses totais ou parciais removíveis, de acordo com as diretrizes técnicas do Ministério da Saúde;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

1.6.6. A confecção das próteses deverá observar os padrões de qualidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 1.464/2011 e demais normativas aplicáveis;

1.7. Do quantitativo estimado do objeto.

1.7.1. A estimativa de quantidade nas demandas apresentadas pelas Unidades de Saúde e na análise da Secretaria Municipal de Saúde é a seguinte:

Item	Tipo de Prótese	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prótese Total mandibular	Und	142		
2	Prótese Total Maxilar	Und	142		
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	Und	128		
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	Und	128		
TOTAL GERAL ESTIMADO					

1.7.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

2. DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

2.1. O acesso à saúde bucal constitui direito fundamental da população, sendo a oferta de próteses dentárias uma ação indispensável para a reabilitação oral, a recuperação das funções mastigatórias e fonéticas, bem como para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brejoenses.

2.2. Nesse contexto, a presente demanda encontra respaldo nas diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal — *Brasil Sorridente*, instituída pelo Ministério da Saúde como estratégia estruturante para a reorganização das ações e serviços odontológicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando à ampliação do acesso da população a serviços qualificados e resolutivos de saúde bucal.

2.3. A ausência de próteses dentárias acarreta prejuízos significativos à mastigação, à fala e à estética, comprometendo a autoestima, a saúde geral e o convívio social dos pacientes, além de potencializar agravos nutricionais e psicossociais.

2.4. A contratação de empresa especializada revela-se medida necessária para assegurar a execução dos serviços de forma padronizada, eficiente e segura, com observância das normas técnicas e sanitárias vigentes, garantindo à população o acesso a próteses dentárias de qualidade e adequadas às suas necessidades clínicas.

2.5. Dessa forma, a contratação ora proposta mostra-se necessária e adequada, eis que, trata-se, portanto, de ação estratégica para assegurar a integralidade da atenção à saúde bucal, promover a continuidade do serviço público, otimizar a aplicação dos recursos públicos e contribuir para o bem-estar e a dignidade da população atendida.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

2.6. A modalidade Pregão Eletrônico foi escolhida por sua economicidade, celeridade e ampla competitividade, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, o que contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Essa característica possibilita a adoção do critério de julgamento de **menor preço por item**, garantindo competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A presente contratação visa à implementação de solução continuada e planejada para a prestação de serviços especializados na confecção de próteses dentárias, por meio da contratação de pessoas jurídicas legalmente habilitadas, com vistas ao atendimento das demandas da Política Nacional de Saúde Bucal (*Brasil Sorridente*), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Brejões/BA.

3.2. A solução proposta abrange todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento, passando pela execução, acompanhamento e avaliação dos resultados, até o descarte ou substituição das próteses, quando aplicável. O foco está em ampliar o acesso à reabilitação oral da população, reduzindo desigualdades sociais em saúde bucal e promovendo o resgate da autoestima dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS):

3.2.1. Do Planejamento e Preparação

- No planejamento e preparação será definida a demanda mensal estimada com base em dados epidemiológicos e cadastros da Atenção Básica e da Saúde Bucal do Município;
- Realização de ampla divulgação para garantir a participação de todos os prestadores habilitados e disponíveis no mercado local e regional.

3.2.2. Da Execução dos Serviços.

- A prestação dos serviços compreenderá: avaliação clínica inicial, moldagem, prova e instalação das próteses totais ou parciais removíveis, de acordo com as diretrizes técnicas do Ministério da Saúde;
- A confecção das próteses deverá observar os padrões de qualidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 1.464/2011 e demais normativas aplicáveis;
- O atendimento será realizado de forma descentralizada, preferencialmente nas Unidades de Saúde Bucal do município, podendo haver deslocamento do usuário ao laboratório ou consultório credenciado, conforme a logística estabelecida em cada caso.

3.2.3. Do Acompanhamento e Avaliação

- O controle da execução contratual será feito por servidores designados da Secretaria de Saúde, com registro detalhado em sistema próprio ou planilha padrão;
- Serão avaliados os indicadores de desempenho, como número de próteses entregues, tempo médio de confecção, índices de rejeição e satisfação do usuário;
- Em caso de ineficiência técnica, será promovido a rescisão contratual com o fornecedor, conforme regras do edital e legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

3.2.4. Da Manutenção, Substituição e Finalização

- Será garantido o atendimento de ajustes, reparos ou substituição das próteses durante o período de garantia técnica, conforme prazos estabelecidos na regulamentação vigente;
- Os materiais utilizados devem ser certificados pela Anvisa, observando critérios de durabilidade e biossegurança;
- Ao final da vigência do contrato com o fornecedor, poderá ocorrer novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato existente, mediante aditivo, assegurando a continuidade do serviço sem desassistência à população.

3.3. O fornecimento ocorrerá sob demanda, de acordo com as solicitações formalizadas pela Secretaria de Saúde, que definirá a demanda mensal estimada com base em dados epidemiológicos e cadastros da Atenção Básica e da Saúde Bucal do Município de Brejões, garantindo o fornecimento a quem necessita das próteses dentárias bem como garantindo a maior racionalidade no uso dos recursos públicos. A gestão da contratação será realizada pelo órgão central requisitante, que acompanhará tanto os prazos de entrega quanto à conformidade dos materiais produzidos com as amostras aprovadas previamente.

3.4.. A solução prevê, ainda, que seja observado o quanto determinado no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual assegura que a licitação e a execução contratual devem observar, entre outros, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável. Em atenção a esse dispositivo, poderão ser exigidos dos credenciados os seguintes critérios de sustentabilidade, respeitada a natureza do objeto:

- I – utilização, sempre que possível, de insumos e materiais de menor impacto ambiental, tais como reciclados, biodegradáveis, reutilizáveis ou com certificações de origem sustentável;
- II – adoção de práticas de uso racional de água e energia nas instalações e nos procedimentos, incluindo equipamentos econômicos e, quando aplicável, sistemas de reaproveitamento;
- III – comprovação de ações de responsabilidade socioambiental, como contratação de mão de obra local, inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade ou apoio a projetos sociais ou ambientais;
- IV – apresentação de licenças e autorizações ambientais válidas e compatíveis com a atividade exercida, quando exigíveis;
- V – adoção de mecanismos de logística reversa, quando houver fornecimento de bens, responsabilizando-se pela coleta e destinação final ambientalmente adequada de produtos e embalagens.

3.5. Dessa forma, a solução integra **planejamento, aquisição, distribuição e fiscalização**, garantindo segurança, padronização e eficiência na utilização dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A contratação em pauta será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme autoriza o artigo 6º, incisos X e



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

XIII e XLI, 28, I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se que se trata de bens comuns, cujas especificações são amplamente conhecidas no mercado e permitem a definição objetiva de padrões de qualidade e desempenho.

4.2. A formação por lotes é justificada pela similaridade, funcionalidade e afinidade entre os materiais a serem adquiridos, o que favorece a otimização logística, racionaliza o fornecimento e possibilita melhores condições comerciais e operacionais. Tal formato contribui para maior eficiência na entrega e facilita o controle administrativo por parte das Secretarias Municipais envolvidas.

4.3. A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos técnicos, operacionais e legais, a fim de assegurar a qualidade e a conformidade da prestação do serviço com os objetivos da Política Nacional de Saúde Bucal:

4.3.1. Requisitos Técnicos e Profissionais:

- a) A execução dos serviços deverá ser realizada por **pessoa jurídica**, com responsável técnico cirurgião-dentista e/ou especialista em próteses dentárias, regularmente inscrito no Conselho Regional de Odontologia (CRO) da respectiva jurisdição;
- b) É obrigatória a apresentação de **alvará sanitário vigente**, com indicação de responsável técnico devidamente nomeado e registrado no CRO, bem como a comprovação da inscrição da empresa no referido conselho profissional;
- c) Será exigida a comprovação de experiência na confecção de próteses dentárias removíveis, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por ente(s) público(s) ou privado(s).

4.3.2. Requisitos de Infraestrutura e Capacidade Operacional:

- a) Laboratório de prótese dentária devidamente equipado, com infraestrutura compatível com as exigências sanitárias e técnicas definidas pela ANVISA e pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO);
- b) Capacidade operacional para atender à demanda mensal estimada pelo Município, com prazos de entrega compatíveis com os parâmetros assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- c) Disponibilidade para realizar ajustes, manutenções ou substituições das próteses, conforme necessário, dentro dos prazos de garantia e acompanhamento clínico.

4.3.3. Requisitos Sanitários e de Qualidade:

- a) Utilização de materiais odontológicos devidamente registrados na ANVISA, com comprovação de origem e validade;
- b) Cumprimento das normas de biossegurança, conforme a Resolução CFO nº 233/2020 e demais regulamentos aplicáveis;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

c) Garantia mínima de qualidade, segurança e durabilidade das próteses confeccionadas, com atendimento adequado a eventuais intercorrências clínicas.

4.3.4. Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista:

a) Apresentação de documentos atualizados que comprovem a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da pessoa jurídica, conforme exigido para o credenciamento público (CNPJ, certidões negativas, inscrição municipal, entre outros);

b) Quando aplicável, será aceita documentação simplificada nos termos da legislação específica para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.5. Compromissos Contratuais:

a) Comprometimento com a prestação dos serviços conforme os protocolos clínicos do SUS, com registros adequados no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Bucal (SISAB);

b) Cumprimento das metas quantitativas e qualitativas de produção, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde;

c) Responsabilidade pela reposição, ajuste ou substituição das próteses em caso de falhas técnicas ou de adaptação, sem ônus adicional para o Município.

4.4. A empresa contratada deverá comprovar, durante a fase de habilitação, que exerce atividade compatível com o objeto licitado, bem como atender a todas as exigências técnicas previstas no edital, conforme o que dispõem os artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o fornecimento ocorrerá com qualidade, regularidade e capacidade operacional adequada.

4.5. A contratada deverá assumir integralmente os riscos e encargos decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se pelo fornecimento pontual, regular e em conformidade com os padrões exigidos no Termo de Referência e demais anexos do edital. Não será admitida a imposição de pedido mínimo, devendo a entrega ser realizada independentemente do quantitativo solicitado, conforme as requisições emitidas pela Administração, respeitado o prazo máximo estabelecido.

4.6. Todos os materiais a serem fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas descritas, bem como estar em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes deverão conter, de forma clara, a marca, o fabricante e a procedência dos produtos ofertados, garantindo plena rastreabilidade e segurança na aquisição.

4.7. O cumprimento dos prazos de entrega estipulados será condição essencial, tendo em vista que eventuais atrasos poderão comprometer o funcionamento dos serviços públicos municipais.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

4.8. Por fim, a contratação observará integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, e demais disposições da Lei nº 14.133/2021, devendo todas as obrigações contratuais serem executadas de forma plena, tempestiva e com observância à boa-fé objetiva e ao interesse público.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. A empresa contratada deverá fornecer os produtos de acordo com a demanda da Administração.

5.2. Os serviços serão realizados de forma presencial, preferencialmente nas Unidades de Saúde Bucal do município, podendo haver deslocamento do usuário ao laboratório ou consultório credenciado, conforme a logística estabelecida em cada caso, conforme planejamento estabelecido pela gestão municipal ou Secretaria de saúde.

5.3. O atendimento aos usuários deverá ser feito mediante encaminhamento formal da equipe de saúde bucal da Atenção Primária, respeitando os critérios técnicos e clínicos definidos pelo Município.

5.4. Todos os materiais utilizados deverão ser biocompatíveis e devidamente registrados na ANVISA, devendo a contratada garantir a qualidade, durabilidade e conforto das próteses.

5.5. A contratada deverá apresentar fichas técnicas dos materiais, quando solicitada.

5.6. . A credenciada deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da ordem de serviço.

5.6. O prazo para conclusão da confecção e entrega das próteses não deverá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos** a partir da realização da moldagem, salvo por justificativa técnica aceita pela Administração.

5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.8. A execução deverá ser supervisionada por profissional cirurgião-dentista regularmente inscrito no Conselho Regional de Odontologia (CRO), com comprovada habilitação para atuação em Prótese Dentária.

5.9. O processo de confecção das próteses deverá compreender obrigatoriamente:

- Avaliação inicial e moldagem;
- Prova de armação e registro de mordida;
- Prova estética e funcional;
- Entrega da prótese finalizada;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- Acompanhamento e eventuais ajustes pós-entrega.

5.10. Os atendimentos e entregas do objeto deverão ocorrer em horário comercial (das 9h às 17h), na Sede da Secretaria Solicitante, ou outro a ser determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS - Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.

5.11. Garantia, manutenção e assistência técnica: o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO MODELO E GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. A execução contratual deverá observar estrita conformidade com as cláusulas pactuadas, com os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes o fiel cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização por eventuais inadimplementos, parciais ou totais.

6.2. Na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por ato formal da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automática e proporcionalmente ao tempo da interrupção, devendo tal alteração ser formalizada por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, desde que garantida a segurança, a autenticidade e a rastreabilidade das informações.

6.4. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente indicado e aceito pela Administração, com poderes suficientes para representá-la na execução do objeto, inclusive para o recebimento de comunicações, notificações e aplicação de eventuais penalidades.

6.5. É obrigação da contratada reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais entregues com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desconformidade com as especificações, independentemente de terem sido detectados na entrega ou posteriormente.

6.6. A contratada será responsável por todos os danos diretos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução contratual, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a existência de fiscalização administrativa. A contratada responde, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e ambientais decorrentes da execução do contrato.

6.7. A inadimplência da contratada com relação a obrigações legais e contratuais não transfere à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, tampouco poderá onerar o objeto contratado.

6.8. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que designará os agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

6.9. Fiscalização

6.9.1. A fiscalização da execução contratual será exercida pelo servidor a **Sr. Hamilton Araújo Miranda**, vinculado à Secretaria de Saúde, conforme Portaria PMB Nº. 157, de 04 de junho de 2025, especialmente designado, ou por outro fiscal de contrato, designados por Portaria específica da autoridade competente, publicada em meio oficial, conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021, a quem caberá acompanhar todo o processo de entrega dos materiais contratados, adotando as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução contratual.

6.9.2. Os fiscais poderão ser assistidos por apoio técnico especializado, inclusive contratado pela Administração, para subsidiar tecnicamente as decisões e registros decorrentes da fiscalização.

6.9.3. O fiscal anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, determinando à contratada as providências necessárias à correção de eventuais falhas ou desconformidades.

6.9.4. Sempre que identificado fato ou situação que exija deliberação superior, o fiscal deverá comunicar tempestivamente à autoridade competente, visando à adoção de medidas cabíveis.

6.9.5. O fiscal do contrato contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão atuar de forma preventiva, orientativa e corretiva, conforme suas atribuições institucionais.

6.10. Gestão do Contrato

6.10.1. O gestor do contrato designado terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização contratual, consolidando as informações formais, como Ordens de Serviço, Notas de Empenho, registros de ocorrências, aditivos e eventuais prorrogações, em histórico próprio de gerenciamento;
- b) Acompanhar os registros e anotações dos fiscais do contrato, avaliando a execução e comunicando à autoridade superior quaisquer irregularidades que extrapolem sua competência;
- c) Conferir os materiais entregues, verificando sua conformidade com as quantidades, especificações técnicas, padrões de qualidade e prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência e na Nota de Empenho;
- d) Emitir documento de avaliação do desempenho da contratada, com base em indicadores previamente definidos e aferíveis, contemplando também eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- e) Registrar, no ato do recebimento, quaisquer ocorrências, irregularidades, avarias, divergências ou não conformidades verificadas;
- f) Atestar a qualidade, integridade e adequação dos materiais recebidos, responsabilizando-se pelas declarações e registros efetuados;
- g) Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer descumprimento contratual, bem como aplicar ou propor a aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso, em conformidade com o edital e com o contrato;
- h) Certificar a regularidade fiscal, contratual e documental da empresa, para fins de atesto e liquidação das Notas Fiscais/Faturas, assegurando que os pagamentos estejam em conformidade com as condições pactuadas.
- i) Monitorar, durante a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação da contratada, apontando no relatório de riscos eventuais entraves à regular liquidação e pagamento das despesas;
- j) Adotar as providências iniciais para a instauração de processo administrativo de responsabilização, quando necessário, nos moldes do art. 158 da referida Lei;
- k) Elaborar relatório final sobre a execução contratual, indicando o grau de alcance dos objetivos inicialmente propostos e sugerindo medidas para aprimoramento de futuras contratações;
- l) Encaminhar a documentação pertinente à unidade responsável pelos contratos para fins de liquidação e pagamento, conforme os valores atestados pela fiscalização e validados pela gestão

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

7.1 Recebimento

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



Prefeitura Municipal de Brejoires

CNPJ 14.197.768/0001-01

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento

7.3.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura, mediante Ordem Bancária em conta corrente ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, de acordo com as exigências administrativas em vigor;

7.3.2. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, especialmente no que se refere às retenções tributárias;

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

O fornecedor será selecionado por meio da modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, conforme disposto nos art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto deve ser **parcelado, sob demanda**, conforme a necessidade do órgão. A entrega deve ocorrer **no prazo estabelecido em cada ordem de fornecimento**.

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020



Prefeitura Municipal de Brejoires

CNPJ 14.197.768/0001-01

8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

8.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

8.4.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

8.4.6 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.5. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Em caso de Empresas em Recuperação Judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento de contratação/licitação;

8.5.2 Comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento), do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo ser através de contrato social ou Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível.

8.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG);

a.1) A empresa deve comprovar através dos balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG dos 02 (dois) últimos exercícios sociais é igual ou superior a 1,00 conforme segue¹:

a.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:
$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP).$$

a.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILC = AC / PC$.

a.4) O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ISG = AT / (PC + ELP)$.

a.5) Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral
ILC = Índice de Liquidez Corrente
ISG = Índice de Solvência Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

8.5.4. A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, exigidos no subitem supracitado, são os usualmente utilizados em licitações. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.

8.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.

8.5.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

8.5.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);

8.5.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, quando não constar expressamente no Balanço Patrimonial.

8.6 Qualificação técnica

8.6.1 Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação.

- a) Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido equivalente ao contratado e período de contratação;
- b) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

8.6.2. Comprovação de responsável técnico, podendo ser: cirurgião-dentista, ou dentista com especialidade em próteses dentárias, regularmente inscrito no Conselho Regional de Odontologia – CRO;

8.6.3. Indicação formal do responsável técnico pelo serviço;

8.6.4. Declaração de que o proponente dispõe de infraestrutura laboratorial compatível com a execução do objeto;

8.6.5. Apresentação de Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária, vigente.

8.6.6. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6.10. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6.11. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.12. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.6.13. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

8.7 A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir relacionados:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto:

9.2. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- 9.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), devendo providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção no prazo máximo fixado pela Administração;
- 9.5. Cumprir as etapas clínicas exigidas para a confecção das próteses, incluindo avaliação inicial, moldagem, prova funcional e entrega final com os devidos ajustes;
- 9.6. Utilizar materiais de qualidade, esterilizáveis e devidamente registrados na ANVISA, conforme as diretrizes da Vigilância Sanitária;
- 9.7. Atender exclusivamente os usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.8. Realizar os atendimentos apenas mediante encaminhamento formal emitido pela equipe de Saúde Bucal da Atenção Primária, respeitando os critérios clínicos definidos pelo Município;
- 9.9. Iniciar os serviços no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da ordem de atendimento;
- 9.10. Entregar as próteses no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a moldagem, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- 9.11. Realizar, sem ônus adicional, ajustes e correções nas próteses entregues, caso constatada inadequação funcional ou desconforto ao usuário, desde que solicitados em até **30 (trinta) dias** após a entrega;
- 9.12. Garantir a supervisão dos serviços por cirurgião-dentista legalmente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Odontologia (CRO), com comprovada experiência ou formação específica em Prótese Dentária;
- 9.13. Apresentar e manter válidos durante todo o período do credenciamento:
- licença sanitária do estabelecimento;
 - certidões fiscais e trabalhistas;
 - registro junto ao Conselho de Classe competente;
- 9.14. Zelar pela confidencialidade e segurança das informações dos pacientes;
- 9.15. Manter o sigilo sobre os dados clínicos e pessoais dos usuários atendidos, nos termos da legislação de proteção de dados e das normas éticas da área da saúde;
- 9.16. Submeter-se à fiscalização da Administração Pública;



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- 9.17. Permitir o acompanhamento, a auditoria e a fiscalização dos serviços pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde ou por órgãos de controle externo;
- 9.18. Cumprir integralmente as condições do edital de credenciamento e do contrato firmado;
- 9.19. Atuar de forma colaborativa, em conformidade com as políticas públicas de saúde bucal, especialmente com as diretrizes do Programa Brasil Sorridente e do Sistema Único de Saúde (SUS);
- 9.20. Atender prontamente a quaisquer notificações da Administração para correção de falhas ou irregularidades na execução dos serviços, sem que disso decorra qualquer vínculo com a Administração Pública;
- 9.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que estiver obrigada, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato
- 9.22. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, de quaisquer materiais/equipamentos entregues com defeitos, avarias, em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas técnicas detectadas durante o recebimento ou uso;
- 9.23. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.24..Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.25..Apresentar, no ato da entrega, a respectiva nota fiscal eletrônica, com identificação clara dos itens fornecidos, incluindo marca, modelo, unidade de medida e demais informações necessárias à conferência e aceitação do material.
- 9.26. Indicar preposto formalmente designado para representá-la junto à Administração, com poderes para acompanhar, responder e tomar decisões quanto à execução do contrato, inclusive para fins de recebimento de comunicações oficiais e atendimento de diligências;
- 9.27. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 9.28. Arcar com todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos materiais/equipamentos, incluindo custos com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários (quando aplicáveis), bem como com eventuais danos causados a terceiros em decorrência de falhas de sua responsabilidade.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Receber os materiais fornecidos pela Contratada, observando os prazos, condições, especificações e locais definidos no Termo de Referência, na proposta da contratada e nas ordens de fornecimento emitidas.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) Paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.
- h) Responsabilizar-se pela lavratura do contrato ou outro instrumento substitutivo se for o caso, com base nas disposições da Lei 14.133/21.
- i) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- j) Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no fornecimento.
- k) Serão considerados para efeito de pagamento os fornecimentos efetivamente entregues pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO LICITANTE.

11.1 Modalidade de licitação: O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, consoante regras que deverão constar no Edital, observadas as disposições definidas neste Termo de Referência.

11.2 Organização do objeto para disputa: A licitação será estruturada exclusivamente por lotes, divididos conforme critérios regionais, conforme tabela constante deste Termo de Referência.

11.3. Forma de julgamento:

11.3.1 Modo de disputa (Aberto e Fechado):

11.3.1.1 A proposta inicial de cada licitante será conhecida pelos demais, tão logo a sessão pública seja iniciada. A partir deste momento, cada licitante poderá formular lances sucessivos,



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

cujo conteúdo será também conhecido pelos demais, em regime de competição inicialmente aberto.

11.3.1.2 Os licitantes que formularem os melhores lances passarão a uma etapa fechada. Neste momento, a ser iniciado mediante aviso do sistema, cada licitante ofertará apenas uma última proposta, que não será conhecida pelos demais e será mantida em sigilo até a divulgação do resultado final.

11.4. Critério de Julgamento: Menor preço global por lote.

11.4.1. Será considerada vencedora a proposta ou o lance final que observar as exigências deste Termo de Referência e que consignar o menor preço global por lote.

11.5. Publicidade do orçamento estimado:

1.5.1. O orçamento estimado da contratação será sigiloso para os licitantes, até findar-se a etapa de negociação, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Critério de Aceitabilidade das Propostas e Lances Finais/ Limitação aos preços máximos aceitáveis:

11.6.1 Os preços inferiores ou iguais aos estimados serão automaticamente considerados aceitáveis, enquanto os preços superiores aos estimados serão sumariamente desclassificados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE VALOR:

12.1. Considerando que a presente licitação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços, não é exigida a indicação prévia da dotação orçamentária no processo licitatório.

12.2. A indicação da dotação orçamentária será obrigatoriamente realizada no momento da formalização de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, seja por meio de contrato, nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 115, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Optou-se por orçamento sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei nº 14.133/21, visando a economicidade para o Município, uma vez que a não divulgação do orçamento, tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Desta forma, o licitante oferecerá valores realmente competitivos e dentro do limite de executar a contratação, com uma lucratividade adequada. Através da utilização do orçamento sigiloso foi possível constatar, nos processos já realizados, uma economicidade para o Município.

13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

13.1. A empresa arrematante poderá, preferencialmente, optar por produtos com insumos sustentáveis, comprovados por meio de documentação técnica ou certificações ambientais,



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

reduzindo a geração de resíduos e o impacto no meio ambiente, desde que atendidos os requisitos técnicos estabelecidos no Edital.

13.2. Os veículos utilizados para a entrega dos produtos deverão possuir manutenção em dias e ser abastecidos preferencialmente com combustíveis mais eficientes e de maior qualidade para evitar a emissão demasiada de gases poluentes.

13.3. A adoção dessas medidas mitigadoras é de fundamental importância para reduzir significativamente os impactos ambientais associados à aquisição e compra, promovendo a sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

13.4. Será considerado diferencial na avaliação a apresentação de comprovações de práticas de responsabilidade socioambiental por parte da empresa contratada, tais como certificações ambientais, políticas de destinação de resíduos, ações de inclusão social, ou programas de sustentabilidade empresarial.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Brejões tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

14.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

14.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e das normas do Município de Brejões/BA, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato, incluindo falhas ou fraudes na execução ou fornecimento, sendo considerada de maior gravidade aquela que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo.
- b) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, ou ensejar o retardamento da execução do certame.
- e) Praticar atos de falsidade e fraude, como apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa, praticar ato fraudulento na execução, ou cometer fraude fiscal.
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- g) Recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, dentro do prazo, ou a assinar Ordem de Serviço no prazo previsto, ou não mantiver a proposta.

14.5. Das Sanções Aplicáveis

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, garantida a prévia defesa, observando-se a natureza e a gravidade da infração:

- a) Advertência: Aplicada quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 146, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

- b) Multa: Aplicável conforme o caso:

I. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento.

II. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

c). Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicável quando praticadas as condutas que ensejem o retardamento da execução, a inexecução parcial grave ou a inexecução total do contrato, ou nos casos de não manutenção da proposta. Esta sanção será aplicada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, observando o disposto no art. 146, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e nas regras municipais.

d). Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Aplicável quando praticadas condutas de fraude, falsidade (declaração ou documentação), comportamento inidôneo, atos lesivos (Lei nº 12.846/13), ou nas demais hipóteses de inexecução que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 146, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

14.6. Dos Critérios e Procedimentos

14.6.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 148 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.2. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

14.6.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

14.6.4. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, os efeitos das sanções serão estendidos aos seus administradores e sócios, conforme o art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.5. O Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 14 (quinze) dias úteis.

14.6.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. DA EXTINÇÃO.

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, mediante aditivo contratual, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- a) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- c) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- i. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (**art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021**).

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. As informações constantes deste Termo de Referência, relativas à contratação de empresa especializada para o fornecimento de próteses dentárias totais e parciais, de forma parcelada, serão classificadas como sigilosas, ressalvado o custo estimado da contratação, que será tratado com caráter sigiloso até a data e hora de abertura das propostas, conforme dispõe o art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 As condições estabelecidas neste Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital e no respectivo instrumento contratual, os quais regerão a execução do objeto, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata, bem como das normas de direito público aplicáveis às contratações administrativas.

15.3 A execução do fornecimento deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e segurança, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando o adequado atendimento das necessidades públicas e a continuidade dos serviços administrativos no âmbito das Secretarias Municipais e suas respectivas unidades.

15.4 O presente termo de referência, se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de contratações públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as pessoas jurídicas interessadas, desde que atendam as exigências do instrumento convocatório a ser publicado, em especial à Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5 Por fim, ficam as licitantes sujeitas as sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

Brejões- Ba, 19 de fevereiro de 2026



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Flavia Monteiro Brandão
Secretária Municipal de Saúde





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO II – MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

1. Dos dados da Empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Tel/e-mail:

Autorizamos a Vossa Excelência a fornecer o material XXXXXXXXXXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026, observada as especificações e demais condições constantes no Edital e Anexo I do mesmo, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e a sua proposta de Preços.

2. Das especificações e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	V. TOTAL
VALOR TOTAL MENSAL					

3. Do prazo e local para fornecimento do material ou prestação dos serviços:

O material deverá ser entregue na sede da Secretaria Requisitante, pertencente ao Município de Brejões/BA, acompanhado do presente instrumento e da Nota de Empenho, no prazo máximo de xx (xxxxx) dias, contados da emissão desta Ordem de Serviço, quando solicitado pelo Setor competente do Município de Brejões/BA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

4. Das obrigações da detentora do preço registrado:

4.1. São Obrigações da Detentora do Preço registrado, além das previstas na Ata de Registro de preços:

a) Entregar o material/ou prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações e o disposto na Ata de registro de preços e seus Anexos que integram esta Ordem de Fornecimento e/ou serviço.

b) Substituir, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, e sem qualquer ônus para o Município de Brejões/BA os produtos e/ou equipamentos, caso constatada divergência da especificação, sujeitando-se as penalidades cabíveis.

c) Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de preços oriunda do Pregão Eletrônico nº ____/2026, para o perfeito cumprimento deste.

5. Do pagamento:

5.1. O pagamento da presente Ordem de Serviços será efetuado a Contratada, através de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da Correspondente Ordem de fornecimento, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento, observadas as disposições da Cláusula _____ da Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

5.2. Recebi o original dessa ordem de fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

Local e data,

(Nome completo do Servidor Público)
(Identificação)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
/2026

MUNICÍPIO DE BREJÕES, ESTADO DA BAHIA

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX

O Município de Brejões/BA, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº .../2026, publicado no Diário Oficial do Município do dia, com certame aberto em, às h. e realização em, às h, e a respectiva homologação conforme fls. ..., resolve registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas no certame, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021, e Decreto Municipal nº X/202X e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS), INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS: MOLDAGEM, PROVA, INSTALAÇÃO, E EVENTUAIS AJUSTES, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL-BRASIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA, os quais deverão observar o padrão mínimo de qualidades exigíveis e, ainda, o disposto nos Anexos que são partes integrantes e complementares deste Instrumento Convocatório, de acordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos, que passam fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e propostas de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar no



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

Certame, conforme consta nos autos, para atender às demandas do Município de Brejões/BA.

Parágrafo Primeiro – Tabela de especificações e quantitativos:

Item	Tipo de Prótese	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL GERAL					

Parágrafo Segundo - Este Instrumento não obriga ao Município de Brejões/BA a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da mesma Lei.

O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

CLÁSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

O recebimento dos objetos, assim como sua fiscalização deverão seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s).

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Os preços registrados, a especificação dos serviços, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representantes legais, encontram-se elencados na presente Ata (§ 1º da Cláusula Primeira).

CLÁSULA QUINTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO:

A prestação dos serviços deverá ser realizada, em conformidade com a solicitação do Município de Brejões/BA, no prazo o qual determina o Termo de Referência, para cada serviço e sua urgência, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas nesta Ata e seus Anexos e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações do fornecimento registrados neste Instrumento serão efetuadas através de Ordem de Serviço, emitidas pelo Município de Brejões/BA, contendo: nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da Contratada, o endereço e a data da entrega.

Parágrafo Segundo - A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, n° 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

Brejões/BA no prazo de 03 (três) dias consecutivos a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Serviço, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

A detentora da ata deverá seguir as normas descritas no Edital e Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

São responsabilidades do Fornecedor Detentor do Preço Registrado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao Município de Brejões/BA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento do Município de Brejões/BA;

II - Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmos nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de Brejões/BA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela autoridade competente, em decorrência do



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de Brejões/BA, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido a detentora do preço registrado, o valor correspondente;

Parágrafo Primeiro - A DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO autoriza o Município de Brejões/BA a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo - A ausência ou omissão da fiscalização do Município de Brejões/BA não eximirá a DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

O Município de Brejões/BA efetuará o pagamento a Contratada, através de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da Correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, prova de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (inciso IV do Art. 27, incluído pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011) e prova de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, através de certidão expedida pela RFB e PGN, na forma do Art. 1, da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014.

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo Quarto - Os preços serão fixos e irrevogáveis, salvo o disposto na cláusula décima primeira.

Parágrafo Quinto - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

Parágrafo Sexto - Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REEQUILÍBRIO DE PREÇO:

Parágrafo Primeiro - O reequilíbrio será precedido de demonstração analítica da variação dos componentes de custos, de acordo com a



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ: 14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

Planilha de Composição de Custos Unitários, devidamente justificado e em conformidade com as normas gerais vigentes.

Parágrafo Segundo - Admite-se o reequilíbrio do valor contratado, desde que seja demonstrado a perda do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, através da Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente e o salário mínimo, que estipula o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada à inclusão de antecipação e benefícios não previstos originalmente, por ocasião da repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços (Analisado caso através de Processo Administrativo Especial);

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21;

Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados e comprovados os fatos;

Por razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ: 14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item acima deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item acima da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ: 14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, n° 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Brejões/BA para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

II - Integram a esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por lote;

III - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Brejões/BA;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Amargosa/BA.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brejões/BA, __ de _____ de 20

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Município de Brejões/BA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fornecedor

Testemunhas:

(Nome)

(CPF)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Brejões/BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins de participação no Pregão nº __/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Local e data,

(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À

Prefeitura Municipal de Brejões/BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

A, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data,

(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da
empresa)
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, n° 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO VI – DECLARAÇÃO PARA CONTATO

À

Prefeitura Municipal de Brejões/BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2026

Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail), bem como os telefones informados abaixo são válidos para o recebimento de correspondências, notificações e quaisquer contatos necessários a boa execução do processo licitatório e futuros possíveis contratos a serem realizados com a arrematante.

Estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado da alteração dos mesmos.

Endereço eletrônico (e-mail):

Telefone: (__) _____

Telefone: (__) _____

Local e data,

(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da
empresa)

(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO Nº /2026

**CONTRATO DE XXXXX QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BREJÕES, E A
EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE BREJÕES, BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.197.768/0001-01, com sede à Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Bairro: Centro, Brejões, Bahia, CEP 45.325-000, neste ato representado pelo Exmo. **Ricardo Castro Cerqueira**, portador da carteira de identidade de nº xxxxxxxxx SSP/BA e CPF xxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa, e do outro lado, XXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXXXXX, representada por XXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado apenas de **CONTRATADO**, ajustam entre si o presente contrato, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, tal como posto no processo administrativo nº 0XX/2026, mediante as cláusulas abaixo fixadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO:

1.1. O objeto do presente instrumento contratual é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS), INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS: MOLDAGEM, PROVA, INSTALAÇÃO, E EVENTUAIS AJUSTES, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL-BRASIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA**, regido pelas regras da Lei n.º 14.133/2021, em conformidade com o Processo Administrativo nº 0xx/2026.

1.2. Objeto da contratação:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, n° 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL GERAL					

1.3.Estarão vinculados a este Termo Contratual, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. Fica estipulado em **R\$**
(.....) o valor total a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

2.2. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

2.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da nota fiscal/fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES**

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

2.4. O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, tributos, emolumentos, seguros - inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza.

2.5. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assentado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

2.6. Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévios e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DO FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA:

3.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar de sua assinatura, passível de prorrogação mediante Termo Aditivo, atendidas as prescrições da Lei nº 14.133/2021, especificamente o art. 105 deste Dispositivo Legal;

3.2. Os serviços deverão ser executados imediatamente após a assinatura do contrato, independentemente da emissão de ordem de serviços.;

3.3. Mesmo após o esgotamento do prazo de vigência do contrato administrativo, a ser encerrado, 12 (doze) meses após a sua assinatura, o CONTRATADO deverá acompanhar os trabalhos que por ventura encontra-se em andamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

3.4. Os serviços deverão ser executados imediatamente após a assinatura do contrato, mediante a emissão de ordem de serviço/fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Brejões, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

ATIVIDADE:

ELEMENTO DE DESPESA:

FONTE DE RECURSO:

4.2. A dotação do contrato ocorrerá no exercício de 2026 e correspondente nos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

6.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência;

6.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

6.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

6.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

6.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

6.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

6.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

6.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

6.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no ato da contratação;

6.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

6.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

7.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

b) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES**

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

d) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Brejões para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A CONTRATANTE fica investida de amplos poderes para fiscalizar toda a execução do objeto, impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações do CONTRATADO.

8.2. A execução do presente contrato será fiscalizada pelo Servidor deste Município, o Sr. XXXX, sob matrícula nº xxxx, competente e devidamente indicado pelo Órgão Demandante.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES**

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

9.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

9.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

9.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ: 14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item acima deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES**

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item acima da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Toda e qualquer comunicação entre as partes será sempre feita por escrito, mediante correspondência eletrônica ou escrita.

14.2. Aos casos não previstos neste instrumento aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES

CNPJ:14.197.768/0001-01

Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Amargosa, Estado de Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, conforme art. 92, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brejões/BA, __ de _____ de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Município de Brejões/BA

Fornecedor

Testemunhas:

(Nome)

(Nome)

(CPF)

(CPF)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Brejões/BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

1. PROPONENTE:

1.1. Razão Social:

1.2. Sede:

1.3. CNPJ:

2. Nosso preço global e denominado de lance inicial é de **R\$**
.....

(.....),

conforme planilha de quantitativos acima.

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

4. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

4.1. NOME:

4.2. CARGO:

4.3. CPF:

4.4. RG:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
CNPJ:14.197.768/0001-01
Rua Prefeito Mário Meireles, nº 81, Centro - CEP: 45325-000 - Brejões-Bahia

Local e data,

(Nome completo, assinatura do representante legal e carimbo da
empresa)
(Identificação)

Observação: emitir em papel timbrado da licitante.